



Usina de Energia Eólica Jangada S.A.

CNPJ/MF 21.957.722/0001-09

Inscrição Estadual 20.447.442-6

Subsidiária Integral da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.

Rodovia RN 120 Fazenda Juremal I

São Bento do Norte - RN

CEP 59590-000

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2020

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
Balancos Patrimoniais	6
Demonstrações de Resultados	7
Demonstrações de Resultados Abrangentes	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
1 Contexto Operacional	10
2 Base de Preparação	11
3 Principais Políticas Contábeis	12
4 Caixa e Equivalentes de Caixa	17
5 Clientes	17
6 Títulos e valores mobiliários	18
7 Partes relacionadas	18
8 Imobilizado	18
9 Fornecedores	19
10 Outras Contas a Pagar	19
11 Provisões para litígios e passivos contingentes	20
12 Patrimônio Líquido	20
13 Receita Operacional Líquida	20
14 Custos e Despesas operacionais	21
15 Resultado Financeiro	22
16 Imposto de renda e contribuição social	22
17 Instrumentos Financeiros	23
18 Seguros	26
19 Eventos Subsequentes	26
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	27
PARECER DO CONSELHO FISCAL	30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

AO ACIONISTA

A administração da Usina de Energia Eólica Jangada S.A. (Companhia ou Eol Jangada), Sociedade de Propósito Específico - SPE, subsidiária integral da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2020, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

A COMPANHIA

A Eol Jangada tem o propósito específico de implantação, operação e exploração comercial como Produtor Independente de geração de energia elétrica por fonte eólica.

Está localizada no Município de São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte e sagrou-se vencedora no 6º Leilão de Energia de Reserva, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, realizado em 31.10.2014.

A seguir são apresentadas as principais informações do parque gerador e da energia produzida:

Empreendimentos	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh) ⁽¹⁾	Preço/MWh ⁽²⁾	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
Jangada	27,3	10,3	110,59	193,72	29.12.2018	05.01.2042

(1) Valores referentes ao total bruto gerado em 2020.

(2) Preço atualizado até dezembro/2020.

Usina de Energia Eólica Jangada S.A.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

	2020	2019	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	191.863	181.725	5,6
Caixa e equivalentes de caixa	7.425	3.244	128,9
Títulos e valores mobiliários	94	798	(88,2)
Receita operacional bruta	17.115	17.541	(2,4)
Deduções da receita	(579)	(543)	6,6
Receita operacional líquida	16.536	16.998	(2,7)
Custos e despesas operacionais	(5.088)	4.460	(214,1)
Resultado das atividades	11.448	21.458	(46,6)
Ebitda ou Lajida	20.817	30.467	(31,7)
Resultado financeiro	1.016	1.178	13,8
IRPJ/CSLL	(925)	(1.281)	(27,8)
Lucro operacional	12.464	22.636	(44,9)
Lucro líquido do exercício	11.539	21.355	(46,0)
Patrimônio líquido	189.982	178.443	6,5
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	8,7	3,1	180,6
Liquidez geral (índice)	16,7	6,0	178,3
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	125,9	179,2	(29,7)
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	75,4	133,2	(43,4)
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	69,8	125,6	(44,4)
Participação de capital de terceiros (%)	1,0	1,8	(44,4)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) ⁽¹⁾	6,5	51,1	(87,3)

⁽¹⁾ LL ÷ (PL inicial)

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos ao acionista, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 31 de março de 2021

Thadeu Carneiro da Silva

Diretor Executivo

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ
Membros	JUAREZ RIBAS TEIXEIRA JUNIOR
	THAIS CERCAL DALMINA LOSSO
	MARCIO LUIS BLOOT
	CRISTINA KAKAWA
	MILTON FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR
	ITAMAR PINTO PAZ

CONSELHO FISCAL

Presidente	ROBERTO MARCHIORO JUNIOR
Suplente	ANA CLARA SOLIS DE FIGUEIREDO MORRISSY
Titular	EDSON JOSÉ MARCOLIN
Suplente	LILIAN RENATA DE ANDRADE
Titular	LUIZ HENRIQUE DE MELLO
Suplente	ALFONSO SCHMITT
Titular	NILBERTO LANGE JUNIOR
Suplente	DARIO JACKSON SCHULTZ
Titular	ADRIANO MATTOS DA COSTA RANCIARO
Suplente	ANGELA BEATRIZ ALCAIDE

DIRETORIA

Diretor Executivo	THADEU CARNEIRO DA SILVA
Diretor Administrativo-Financeiro	ADRIANO FEDALTO

CONTADOR

CRC-PR 043819/O-0	RONALDO BOSCO SOARES
-------------------	----------------------

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Balanços Patrimoniais**

em 31 de dezembro de 2020 e 31 dezembro de 2019

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2020	31.12.2019
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.425	3.244
Clientes	5	5.971	5.664
Outros créditos		934	934
Imposto de renda e contribuição social		27	14
Outros tributos a recuperar		-	48
Despesas antecipadas		39	39
		14.396	9.943
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	6	94	798
Outros tributos a recuperar		8	7
Partes relacionadas	7	16.935	8.934
		17.037	9.739
Imobilizado	8	160.421	162.034
Intangível		9	9
		177.467	171.782
TOTAL DO ATIVO		191.863	181.725
PASSIVO	NE nº	31.12.2020	31.12.2019
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	7	217	117
Fornecedores	9	1.033	2.257
Imposto de renda e contribuição social		297	818
Outras obrigações fiscais		107	68
		1.654	3.260
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		50	22
Outras contas a pagar	10	177	-
		227	22
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Atribuível aos acionistas da empresa controladora			
Capital social	12.1	196.182	180.140
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.2	-	16.042
Prejuízo acumulado		(6.200)	(17.739)
		189.982	178.443
TOTAL DO PASSIVO		191.863	181.725

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações de Resultados

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 dezembro de 2019
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2020	31.12.2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	16.536	16.998
Custos Operacionais			
Custos Operacionais	14	(12.246)	(11.171)
Reversão do impairment	8.1	7.756	16.139
		(4.490)	4.968
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		12.046	21.966
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	14	(330)	(442)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	14	(268)	(66)
		(598)	(508)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		11.448	21.458
Resultado Financeiro	15		
Receitas financeiras		1.018	1.498
Despesas financeiras		(2)	(320)
		1.016	1.178
LUCRO OPERACIONAL		12.464	22.636
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16		
Imposto de renda e contribuição social		(897)	(1.266)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(28)	(15)
		(925)	(1.281)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		11.539	21.355

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 dezembro de 2019
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2020	31.12.2019
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		11.539	21.355
Outros resultados abrangentes		-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		11.539	21.355

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 dezembro de 2019
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019		79.548	100.592	(39.094)	141.046
Aumento de capital		100.592	(100.592)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.2	-	16.042	-	16.042
Lucro do exercício		-	-	21.355	21.355
Saldo em 31 de dezembro de 2019		180.140	16.042	(17.739)	178.443
Aumento de capital		16.042	(16.042)	-	-
Lucro do exercício		-	-	11.539	11.539
Saldo em 31 de dezembro de 2020		196.182	-	(6.200)	189.982

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 dezembro de 2019

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2020	31.12.2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		11.539	21.355
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Imposto de renda e contribuição social	16	897	1.266
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	28	15
Depreciação	8.1	9.369	9.009
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	8.1	(7.756)	(16.139)
		14.077	15.506
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		(307)	495
Outros créditos		-	(934)
Imposto de renda e contribuição social		(13)	(8)
Outros tributos a recuperar		47	(48)
Despesas antecipadas		-	(39)
Partes relacionadas		(8.001)	(7.846)
		(8.274)	(8.380)
Aumento (redução) dos passivos			
Partes relacionadas		100	1.056
Fornecedores		(1.224)	(1.802)
Outras obrigações fiscais		39	(70)
Outras contas a pagar		177	-
		(908)	(816)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
		4.895	6.310
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.418)	(562)
Encargos de mútuos com partes relacionadas pagos		-	(578)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
		3.477	5.170
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Resgates (Aplicações) financeiras		704	(710)
Aquisições de imobilizado		-	(5.125)
Aquisições de intangível		-	(9)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
		704	(5.844)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	12.2	-	12.959
Amortizações de principal de mútuos com partes relacionadas		-	(11.924)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
		-	1.035
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		4.181	361
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	3.244	2.883
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	7.425	3.244
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		4.181	361

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Eólica Jangada S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 dezembro de 2019

em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Usina de Energia Eólica Jangada S.A. (Companhia ou Eol Jangada) com sede em São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, constituída em 11.02.2015, é uma sociedade anônima, de capital fechado, controlada da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. Tem como objeto social a exploração da central geradora eólica EOL Jangada, por meio da REA nº 3.257/2011. A entrada em operação comercial foi em 29.12.2018 e a data de vencimento da autorização é 05.01.2042.

a) Pandemia do coronavírus (Covid-19) e seus impactos

A partir de março de 2020, após a atribuição do status de pandemia ao coronavírus pela Organização Mundial de Saúde - OMS, tendo em vista a disseminação das contaminações pelo mundo, a Administração da Copel emitiu normas que visam garantir o cumprimento das medidas para conter a disseminação da doença na Companhia e minimizar seus impactos e potenciais impactos nas áreas administrativas, de operações e econômico-financeiras.

Nessa linha, a Copel estabeleceu uma Comissão de Contingência, com objetivo de monitorar e mitigar os impactos e consequências nas principais atividades da Companhia, com base nos 4 pilares definidos: (i) segurança das pessoas, (ii) continuidade das atividades essenciais, (iii) monitoramento das orientações e exigências dos órgãos reguladores, e (iv) preservação das condições financeiras adequadas para suportar a crise.

A queda no crescimento e recessão em alguns segmentos empresariais, resultante da suspensão de certos negócios e atividades causada pelo surto de coronavírus, vem afetando a performance da economia brasileira. Porém, a Copel tem acompanhado as projeções da carga de energia e não observa sinais de retração significativo no início de 2021, o que pode vir a ocorrer caso as restrições estabelecidas impactem as atividades industriais e comerciais não essenciais por um longo prazo.

Com o objetivo de mitigar os impactos e consequências nas principais atividades, a Companhia vem monitorando constantemente seus contratos, a liquidez do mercado de energia e o preço de curto prazo, bem como as negociações com o Órgão Regulador do setor elétrico brasileiro para a implementação de diretrizes que garantam a manutenção da sustentabilidade econômico-financeira de toda a cadeia de geração e comercialização de energia elétrica.

Usina de Energia Eólica Jangada S.A.

Não houve impacto relevante ou material nos negócios da Companhia que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras em 31.12.2020 e até a data desta publicação. No entanto, considerando que, como todas as empresas, a Companhia está exposta a riscos decorrentes de eventuais restrições legais e de mercado que venham a ser impostas, não é possível assegurar que não haverá impactos nas operações ou que o resultado não será afetado por reflexos futuros que a pandemia poderá provocar.

2 Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 31.03.2021.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Usina de Energia Eólica Jangada S.A.

2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas na NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros e NE nº 3.7.2 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o lucro Imposto de renda e contribuição social.

2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.2 e 8 - Imobilizado;
- NEs nºs 3.3 e 8 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- NEs nºs 3.4 e 11 – Provisões para litígios e passivos contingentes;
- NEs nºs 3.5 e 13 - Reconhecimento de receita; e
- NEs nºs 3.6 e 16 - Imposto de renda e contribuição social.

2.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro de sua Controladora.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos bem como não possuem instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes nem passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Usina de Energia Eólica Jangada S.A.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Usina de Energia Eólica Jangada S.A.

3.2 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.3.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes são agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso.

3.3.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

Usina de Energia Eólica Jangada S.A.

3.4 Provisões para litígios e passivos contingentes

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado. No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridas com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza, e são registrados diretamente no resultado do exercício.

3.5 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas no resultado quando do suprimento de energia, medição ou condição contratual e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica de fontes alternativas.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

Tendo em vista que as empresas de geração eólica estão sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável, e por esta razão, constitui provisão pela não performance com base nas estimativas de geração anual, deduzindo da receita.

Usina de Energia Eólica Jangada S.A.

3.6 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados trimestralmente com base no Lucro Presumido. O imposto de renda é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF). Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

3.7 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2020

A partir de 1º.01.2020 estão vigentes alterações nos seguintes pronunciamentos, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis Companhia:

- (i) CPC 00 (R2) Estrutura conceitual para relatório financeiro (Conceptual framework);
- (ii) Revisão anual do CPC nº 14/2019: alterações nos pronunciamentos decorrentes da revisão do CPC 00, alteração na definição de negócios no CPC 15 (R1) / IFRS 3 e alteração da definição de materialidade no CPC 26 (IAS 1) e no CPC 23 (IAS 8).
- (iii) Revisão anual do CPC nº 15/2020: alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48, em decorrência da “reforma da taxa de juros de referência”;

Revisão anual do CPC nº 16/2020: alterações no Pronunciamento Técnico 06 (R2), referentes a benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento.

3.8 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir do exercício de 2021, estarão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos:

- (i) Revisão anual do CPC nº 17/2020 com alteração nos pronunciamentos: CPC 06 (R2) / IFRS 16, CPC 11 / IFRS 4, CPC 38 / IAS 39, CPC 40 (R1) / IFRS 7 e CPC 48 / IFRS 9 em decorrência da definição do termo “Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2”;
- (ii) CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso;
- (iii) CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual;
- (iv) CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido;

Usina de Energia Eólica Jangada S.A.

- (v) Melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2018–2020 com alteração nos pronunciamentos: CPC 37 / IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros; CPC 06 / IFRS 16 - Arrendamentos; CPC 29 / IAS 41 - Agricultura;
- (vi) Alterações no CPC 26 / IAS 1: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes
- (vii) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4.

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações contábeis Companhia decorrentes destas alterações de normas.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2020	31.12.2019
Caixa e bancos conta movimento	1.047	38
Aplicações financeiras de liquidez imediata	6.378	3.206
	7.425	3.244

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são remuneradas entre 96% a 98,3% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Clientes

	Saldos vincendos	Saldo 31.12.2020	Saldo 31.12.2019
Concessionárias e permissionárias			
Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR	1.456	1.456	1.291
CCEE	4.515	4.515	4.373
Suprimento de energia elétrica	5.971	5.971	5.664
Circulante		5.971	5.664

Em 31.12.2020, não há registro significativo de provisão para perdas de crédito esperadas devido a existência de garantias vinculadas aos contratos.

Usina de Energia Eólica Jangada S.A.

6 Títulos e valores mobiliários

Categoria	Indexador	31.12.2020	31.12.2019
Cotas de fundos de investimentos	-	-	706
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	90% a 101% do CDI	94	92
Não circulante		94	798
Certificado de Depósito Interbancário - CDI			

O prazo desses títulos é de 19 meses a partir do final do período do relatório. Os recursos referentes ao CDB são vinculados à garantia financeira do Contrato de Uso do Sistema de transmissão.

7 Partes relacionadas

	31.12.2020	31.12.2019
Ativo não circulante		
Controlador		
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.	16.935	8.934
Passivo circulante		
Controlador		
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. - Compartilhamento	24	-
Copel Geração e Transmissão S.A - Compartilhamento	113	37
Companhia Paranaense de Energia - Compartilhamento	15	13
Entidade sob controle comum		
Copel Distribuição S.A. - Compartilhamento	65	67
	217	117

A Companhia registrou gastos com atividades corporativas entre controladoras e entidades sob controle comum, referentes a pessoal, administradores, materiais, serviços de terceiros e outros (PMSO), conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum.

A Companhia é interveniente junto aos contratos de financiamento de debentures e do BNDES da Controladora Cutia Empreendimentos Eólicos S.A, a qual, por força contratual, transfere recursos visando manter os saldos relativos à cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica conforme exigência contratual.

Em 2020, a Companhia registrou despesas com seus Administradores referentes a honorários, no valor de R\$ 27 e encargos sociais, no valor de R\$ 6. A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo.

8 Imobilizado

A Companhia registra o ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e industriais para geração de energia elétrica.

Usina de Energia Eólica Jangada S.A.

8.1 Mutação do imobilizado

	Saldo em 1�.01.2019	Aquisições/ Impairment	Depreciação	Capitaliza��es/ Transferências	Saldo em 1�.01.2020	Aquisições/ Impairment	Depreciação	Saldo em 31.12.2020
Em serviço								
Máquinas e equipamentos	-	-	(9.009)	178.799	169.790	-	(9.369)	160.421
(-) Impairment	-	16.139	-	(23.895)	(7.756)	7.756	-	-
	-	16.139	(9.009)	154.904	162.034	7.756	(9.369)	160.421
Em curso								
Custo	171.114	7.685	-	(178.799)	-	-	-	-
(-) Impairment	(23.895)	-	-	23.895	-	-	-	-
	147.219	7.685	-	(154.904)	-	-	-	-
	147.219	23.824	(9.009)	-	162.034	7.756	(9.369)	160.421

A taxa média de depreciação é de 5,08 % a.a.

Em 2019 a Companhia efetuou a revisão do valor recuperável do imobilizado e como resultado dessas análises, o saldo de *impairment* sofreu movimentat  es. A reversão observada se justifica principalmente pela revisão do plano de negócio, o que gerou redução de custos operacionais.

Em dezembro de 2020, o cálculo do valor em uso considerou premissas e orçamentos da Companhia e taxa de desconto depois dos impostos em moeda constante de 7,08% a.a. (em 2019, 7,24% a.a.) que deriva da metodologia WACC para o segmento de geração de energia elétrica, ajustada para a condição específica de tributação de cada empreendimento. Em função da revisão da taxa de desconto, dos custos operacionais e dos investimentos futuros, foi revertido todo o saldo provisionado para perdas.

A companhia não possui compromissos assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços para construção da usina.

9 Fornecedores

	31.12.2020	31.12.2019
Materiais e serviços	942	917
Energia elétrica	-	1.252
Encargos de uso da rede elétrica	91	88
	1.033	2.257

10 Outras Contas a Pagar

	31.12.2020	31.12.2019
Termo de Ajuste de Conduta - TAC	177	-
Circulante	-	-
Não circulante	177	-

Contempla o Termo de Ajuste de Conduta - TAC, que se referem aos compromissos acordados e aprovados entre a Companhia e os órgãos competentes pelo descumprimento de condicionante da Licença de Instalação e Operação.

Usina de Energia Eólica Jangada S.A.

11 Provisões para litígios e passivos contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.4 são atendidos. Em 31.12.2020 a Companhia não possui provisões para litígios.

Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas, por não ser provável uma saída de recursos que incorpora benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2020 a Companhia não possui passivos contingentes.

12 Patrimônio Líquido

12.1 Capital Social

O capital social integralizado em 31.12.2020, no valor de R\$ 196.182 (R\$ 180.140 em 31.12.2019) é composto por 196.181.178 (180.139.629 em 31.12.2019) ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Cutia Empreendimentos Eólicos S.A, subsidiária da Copel Geração e Transmissão S.A

12.2 Adiantamento para futuro aumento de capital

Durante o exercício o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 16.042 mediante capitalização da totalidade do saldo existente em 31.12.2019 na rubrica de adiantamentos recebidos para futuro aumento de capital

13 Receita Operacional Líquida

	31.12.2020	31.12.2019
Contratos de energia de reserva - CER	15.863	14.810
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	78
(-) Reversão para não performance de geração	1.252	2.653
(-) PIS/Pasep e Cofins	(579)	(543)
	16.536	16.998

Usina de Energia Eólica Jangada S.A.

14 Custos e Despesas operacionais

	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2020
Energia elétrica comprada para revenda	(11)	-	-	(11)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.082)	-	-	(1.082)
Pessoal e administradores	-	(530)	-	(530)
Planos previdenciário e assistencial	-	(33)	-	(33)
Material	(2)	(37)	-	(39)
Serviços de terceiros	(1.157)	(44)	(1)	(1.202)
Depreciação e amortização	(9.369)	-	-	(9.369)
Provisões e reversões (NE nº 8.1)	7.756	-	-	7.756
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(625)	314	(267)	(578)
	(4.490)	(330)	(268)	(5.088)

	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2019
Energia elétrica comprada para revenda	(17)	-	-	(17)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.029)	-	-	(1.029)
Pessoal e administradores	-	(378)	-	(378)
Planos previdenciário e assistencial	-	(26)	-	(26)
Material	(1)	-	-	(1)
Serviços de terceiros	(455)	(26)	(1)	(482)
Depreciação e amortização	(9.009)	-	-	(9.009)
Provisões e reversões (NE nº 8.1)	16.139	-	-	16.139
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(660)	(12)	(65)	(737)
	4.968	(442)	(66)	4.460

14.1 Compromissos estimados de arrendamentos e aluguéis não canceláveis

	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	31.12.2020
Arrendamento de terrenos	397	1.537	7.583	9.517

No saldo dos custos de arrendamentos e aluguéis estão contidos valores de arrendamento de terrenos para os quais, após a entrada em operação dos empreendimentos, os pagamentos são variáveis, em função da receita auferida, aplicando um percentual sobre a receita bruta menos as deduções previstas em contrato (impostos, taxas e contribuições).

Usina de Energia Eólica Jangada S.A.

15 Resultado Financeiro

	31.12.2020	31.12.2019
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	113	209
Multa contratual	2	935
Juros sobre liquidações na CCEE	896	351
Outras receitas financeiras	7	3
	1.018	1.498
(-) Despesas financeiras		
Juros e IOF sobre contratos de mútuo	-	316
IOF sobre o rendimento de aplicações financeiras	2	4
	2	320
Líquido	1.016	1.178

16 Imposto de renda e contribuição social

	31.12.2020		31.12.2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de Contratos de energia de reserva - CER	15.863	15.863	14.811	14.811
Receita de Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	78	78
Alíquota sobre a receita bruta	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	1.269	1.904	1.191	1.787
Receita Financeira	1.018	1.018	1.499	1.499
(-) Receita Financeira Provisionada	(82)	(82)	(44)	(44)
Recuperação de Despesa Financeira	-	-	995	995
Base de cálculo Receita Financeira	936	936	2.450	2.450
(-) IOF	(2)	(2)	(4)	(4)
Outras Receitas	338	338	-	-
(=) Base de cálculo	2.542	3.177	3.637	4.233
Alíquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%		10%	
Imposto de renda e contribuição social	611	286	885	381
Receita Financeira Provisionada	82	82	44	44
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	7	11	4

Usina de Energia Eólica Jangada S.A.

17 Instrumentos Financeiros

17.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2020		31.12.2019	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	7.425	7.425	3.244	3.244
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	94	94	798	798
			7.519	7.519	4.042	4.042
Custo amortizado						
Cientes (a)	5		5.971	5.971	5.664	5.664
			5.971	5.971	5.664	5.664
Total dos ativos financeiros			13.490	13.490	9.706	9.706
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	9		1.033	1.033	2.257	2.257
Total dos passivos financeiros			1.033	1.033	2.257	2.257

Os dois níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Apuração dos valores justos:

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

17.2 Gerenciamento de riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

17.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2020	31.12.2019
Caixa e equivalentes de caixa (a)	7.425	3.244
Títulos e valores mobiliários (a)	94	798
Cientes (b)	5.971	5.664
	13.490	9.706

- A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

Usina de Energia Eólica Jangada S.A.

- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Os principais contratos de venda de energia são garantidos pela Conta de Energia de Reserva - CONER que é administrada pela CCEE. A Companhia considera baixo esse risco de crédito pois espera que o saldo seja compensado futuramente com débitos junto à CCEE.

17.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação do passivo financeiro em cada faixa de tempo.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2020							
Fornecedores	-	1.033	-	-	-	-	1.033
		1.033	-	-	-	-	1.033

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

17.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Usina de Energia Eólica Jangada S.A.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2020, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base, foi considerado o saldo existente na respectiva conta em 31.12.2020 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação do CDI/Selic: 3,50% previsto na mediana das expectativas de mercado para 2021 do Relatório Focus do Bacen. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2020	Cenários projetados - dez.2021		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	94	4	3	2

17.2.4 Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de autorização de geração de energia por fonte eólica estão sujeitos à cláusulas de performance, as quais preveem uma geração mínima anual e quadrienal da garantia física comprometida no leilão. O empreendimento está sujeito a fatores climáticos associadas às incertezas da velocidade de vento, e o não atendimento do que está disposto no contrato pode comprometer receitas futuras da Companhia.

17.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio. Não há endividamento em relação ao patrimônio líquido.

Usina de Energia Eólica Jangada S.A.

18 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O	28.03.2022	129.918
Seguro Riscos Operacionais	29.03.2022	167.118
Seguro de Responsabilidade Civil Geral	28.03.2022	10.000

O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2020, de R\$ 5,1967. Os seguros de garantia contratados possuem como avalista a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

19 Eventos Subsequentes

19.1 Incidente cibernético

Em janeiro de 2021, a Copel tomou conhecimento de que foi exposta a um incidente cibernético em seu ambiente de tecnologia da informação ("TI") que interrompeu alguns sistemas e afetou parcialmente as operações administrativas da Companhia. A Copel envolveu os principais especialistas, inclusive externos, em segurança cibernética e controles gerais de TI, lançou um esforço abrangente de contenção e remediação e iniciou uma investigação forense. Nas primeiras semanas de fevereiro de 2021, a Copel havia restabelecido todos os seus sistemas administrativos e retomado suas operações em todos os seus negócios.

O incidente cibernético não teve um impacto significativo no desempenho de receita dos negócios da Companhia relativo ao exercício findo em 31.12.2020, apesar de ter resultado em um pequeno atraso no faturamento nos primeiros dias de fevereiro de 2021 decorrentes de medidas preventivas para identificação do alcance do incidente. A despesa incremental incorrida em decorrência do incidente cibernético não foi material, inclusive não foi identificado provisão a reconhecer em 31.12.2020.

Em 1º.02.2021, com mais compreensão sobre o evento ocorrido, a Copel emitiu Comunicado ao Mercado nº 07/21, informando que parte dos seus sistemas estavam indisponíveis de maneira transitória, exceto os sistemas operacionais, que prestam serviços de fornecimento de energia e de telecomunicações, os quais continuaram operando sem interrupções.

A Copel executou procedimentos extensos para validar a exatidão e a integridade das informações e não foi identificado nenhum acesso ao ambiente computacional que concentra os sistemas ERP e de faturamento da Companhia, bem como em pastas e/ou arquivos com presença de dados pessoais sensíveis, de modo que não há nenhuma indicação de que a exatidão e a integridade das informações financeiras tenham sido afetadas como resultado do incidente.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina de Energia Eólica Jangada S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina de Energia Eólica Jangada S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 31 de março de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” PR

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

**PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2020 E SOBRE OS
ESCLARECIMENTOS DA DIRETORIA EXECUTIVA À ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA**

Os membros do Conselho Fiscal da USINA DE ENERGIA EÓLICA JANGADA S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e os esclarecimentos da Diretoria Executiva à Assembleia Geral Ordinária. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que as referidas Demonstrações estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 31 de março de 2021.

ROBERTO MARCHIORO JUNIOR
Presidente

EDSON JOSÉ MARCOLIN

LUIZ HENRIQUE DE MELLO

NILBERTO LANGE JUNIOR

ADRIANO MATTOS DA COSTA RANCIARO